



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - UCI/SR/PF/SP

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 08500.000648/2024-32

SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA FEDERAL EM SÃO PAULO  
(Processo Administrativo nº 08500.000648/2024-32)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para contratação de empresa visando a CESSÃO ONEROSA DE USO ESPAÇO FÍSICO, limitada a 8 m<sup>2</sup> (oito metros quadrados), para a instalação de máquinas de autoatendimento do tipo “Vending Machine” com bebidas geladas (suco, refrigerante, água, água com gás), bebidas quentes (café, chá, café com leite), petiscos e lanches (sanduíches), em proveito dos servidores, colaboradores, estagiários e público em geral da SR/PF/SP, na modalidade PREGÃO em sua forma eletrônica. A proposta vencedora será aquela que oferecer o **MAIOR VALOR** em contrapartida à cessão de uso oneroso da área, em cumprimento do inciso VIII, art. 13º, da Lei nº 3.725/2001, com funcionamento 24 (vinte e quatro) horas via autosserviço, incluindo limpeza, manutenção e SAC 24 (vinte e quatro) horas, conforme legislação vigente, especificações, quantidades, exigências e estimativas nos termos da tabela abaixo, e conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

Item	Especificação	CATSER	Unidade de Medida	Quantidade (A)	Taxa de utilização mensal mínima/ metro quadrado (B)	Taxa de utilização mensal total (mínima) (A X B)	Taxa de utilização anual da área cedida (valor mínimo)
1	Cessão de uso de área, a título oneroso, para a instalação, operação e exploração comercial de serviços de alimentação na modalidade de máquinas de autoatendimento (vending machines)	2064-821733	m <sup>2</sup>	8	R\$ 31,97	R\$ 255,76	R\$ 3.069,12

1.1. O serviço objeto desta contratação é caracterizado com comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.2. Na execução contratual serão utilizadas máquinas de autoatendimento, do tipo "Vending Machine".

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por até 10 (dez) anos, nos termos da Lei 14.133/2021.

1.4. A referida contratação visa atender as necessidades da Superintendência da Polícia Federal em São Paulo de disponibilizar serviços de alimentação dentro de suas instalações aos servidores, colaboradores e visitantes que acessam o edifício da SR/PF/SP.

1.5. A presente contratação adotará o regime de execução a empreitada por preço unitário.

1.6. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que sua execução não exaure a permanência de sua necessidade.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual, todavia, tratando-se de cessão onerosa não haverá impacto orçamentário.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **4.1 Sustentabilidade:**

4.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.2. Os bens e/ou materiais aplicados na prestação de serviço devem ser constituídos, no todo ou em parte, sempre que aplicável, por material reciclado, atóxico, biodegradável conforme ABNT NBR 15448-1 e 15448-2;

4.1.3. Os bens e/ou materiais aplicados na prestação de serviço devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

4.1.4. Os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs).

4.1.5. Utilização de produtos, equipamentos e serviços que reduzam o consumo de energia e de recursos naturais;

4.1.6. Zelar pelos critérios de Sustentabilidade Ambiental e orientar seus funcionários a adotarem práticas sustentáveis;

4.1.7. Realizar a destinação ambiental adequada dos resíduos.

### **4.2 Subcontratação**

4.2.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

### **4.3. Garantia da contratação**

4.3.1. Não haverá exigência da garantia no percentual de 5% do valor inicial do contrato nos termos do artigo 96 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **4.4. Vistoria**

4.4.1. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia, de

segunda à sexta-feira, das 08 horas às 18 horas, conforme ordem de agendamento (com GTED - Grupo Técnico de Edificações - (11) 3538-5581/5309). Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.4.2. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.4.3. A vistoria é facultativa. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

#### 4.5. Obrigações Pertinentes a LGPD

4.5.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### 5.1. Condições de Execução

5.1.1 O objeto do contrato que será gerado entre a SR/PF/SP (CEDENTE) e a CESSIONÁRIA será a cessão de uso de área, limitada a 8 m<sup>2</sup> (oito metros quadrados), incluídos os espaços para a instalação dos equipamentos e respectivo depósito, para a exploração comercial de fornecimento de alimentação mediante máquinas de autoatendimento (vending machines), pelo período inicial de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes, até o limite de 10 (dez) anos, com base no art. 107 da Lei 14.133/2021;

5.1.2. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.2.1. Início da execução do objeto: 10 dias após assinatura do contrato, podendo ser prorrogado mediante justificativa acolhida pela autoridade competente.

5.1.2.2. A contratada deverá atender às demandas da contratante no prazo máximo de 04 horas da solicitação.

5.1.2.3. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho constam no Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência.

5.1.2.4. Cronograma de realização dos serviços: como o objeto é único, cessão de uso oneroso de área para prestação de serviços de alimentação na modalidade de máquinas de autoatendimento (vending machines), não há necessidade de definir um cronograma.

### 5.2. Local e horário da prestação dos serviços

5.2.1. O serviço será prestado na Superintendência da Polícia Federal em São Paulo.

5.2.2. As máquinas devem permanecer abastecidas e estarem à disposição dos usuários 24 (vinte e quatro) horas por dia, sete dias por semana, salvo nos períodos de manutenção e/ou reposição dos gêneros, com comunicação prévia ao gestor do contrato.

### 5.3. Materiais a serem disponibilizados

5.3.1. Para a perfeita execução dos serviços, a cessionária deverá disponibilizar materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para prestação de serviço de qualidade promovendo sua substituição quando necessário em quantidade adequada à demanda.

5.3.2. A Contratada deverá disponibilizar as lixeiras e sacos de lixo para recicláveis e lixo comum ao lado das máquinas de vendas.

### 5.4. Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.4.1. A CESSIONÁRIA deverá disponibilizar alimentos e bebidas geladas de boa qualidade, de origem não duvidosa, com devido nível de asseio, ofertando em suas máquinas quantidades suficientes de

alimentos correspondentes à expectativa de demanda do público diário.

5.4.2. Os alimentos industrializados comercializados nas máquinas deverão possuir registro nos órgãos públicos competentes.

5.4.3. Será um diferencial a oferta pela CESSIONÁRIA de alimentos e bebidas geladas que atendam aos indivíduos com necessidades nutricionais específicas, tais como intolerância ao glúten e à lactose, e alimentos para diabéticos e hipertensos.

5.4.4. O abastecimento das máquinas deverá ser realizado em dias úteis e em horário comercial - Das 08h às 18h;

5.4.5. Deverá ser mantido pela CESSIONÁRIA rigoroso asseio das instalações e do local das máquinas automáticas VENDING MACHINES;

5.4.6. Os preços praticados na cobrança dos produtos comercializados deverão ser condizentes com a realidade do mercado e expostos em local visível ao público;

5.4.7. Deverá ser fixado, em local visível para os consumidores, um quadro contendo endereço e telefone da Agência de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON) em São Paulo e devidos alvarás e licenças de funcionamento;

5.4.8. É vedada a comercialização ou oferta para consumo, a qualquer título, de bebidas alcoólicas e cigarros;

5.4.9. Não será permitida a colocação de qualquer tipo de publicidade no exterior das máquinas, exceto aquelas relativas aos produtos ofertados;

5.4.10. O fornecimento dos alimentos e bebidas geladas é de exclusiva responsabilidade do licitante vencedor, não se responsabilizando a Superintendência da Polícia Federal por inadimplência de terceiros (empregados ou visitantes).

5.4.11. Para execução dos serviços contratados são de responsabilidade da CESSIONÁRIA os equipamentos, insumos (papéis), software de gerenciamento, serviço de manutenção preventiva e corretiva das máquinas;

5.4.12. É da responsabilidade da contratada a obtenção de quaisquer licenças que sejam ou venham a ser necessárias para a atividade objeto da contratação;

5.4.13. A manutenção e assistência técnica das máquinas é de responsabilidade da CESSIONÁRIA;

5.4.14. Em caso de desligamento da alimentação de energia, a contratada será informada pelo gestor, caso o mesmo não tenha conhecimento prévio. Perda de alimentos ocasionados por queda de energia súbita ou por força da natureza é de total responsabilidade da CESSIONÁRIA, assim como estragos nos equipamentos

5.4.15. A CEDENTE não se responsabilizará por qualquer perda ou dano às vending machines instaladas em sua instituição.

5.4.16. A licitante vencedora, no ato da assinatura do contrato, receberá a cessão de área, única e exclusivamente, para exploração dos serviços de alimentação na modalidade de máquinas de autoatendimento;

5.4.17. Preferencialmente, as máquinas de autoatendimento (vending machines) devem permitir a acessibilidade a portadores de deficiências visuais, auditivas, locomotoras e outras.

5.4.18. Deverá ser disponibilizado o pagamento minimamente em papel-moeda e moedas (dinheiro), cartão de crédito, cartão de débito, vale refeição, Pix e outros.

5.4.19. A CESSIONÁRIA pagará mensalmente à Superintendência da Polícia Federal o valor da proposta vencedora, na proporção de 1/12, para uso dos espaços, somado à taxa de consumo da energia elétrica, por intermédio de Guia de Recolhimento da União – GRU, emitida pelo Gestor/Fiscal do Contrato.

5.4.20. As máquinas deverão ser instaladas em área pré determinada pela contratante;

5.4.21. Por conveniência da Administração, a Contratante poderá, a qualquer tempo, alterar a localização das máquinas, aumentar ou diminuir a área ocupada, mediante expressa comunicação à contratada, realizando as devidas alterações quanto a taxa de utilização;

5.4.22. A Superintendência da Polícia Federal entregará os pontos com rede elétrica instalada;

5.4.23. Em nenhuma hipótese poderá a contratada pleitear indenização ou retenção por obras, cessões, consertos, reparos ou

benfeitorias realizadas – ainda que necessárias e úteis;

## 5.5. Dos modelos de máquinas

5.5.1. Quaisquer dos modelos de máquinas deverão seguir as seguintes características:

a) dispor de comandos acionados pelo próprio usuário, após pagamento devido pelo produto;

b) permitir o uso de cartão para pagamento;

- c) dispor de controle de consumo de bebidas e demais itens, com contabilidade eletrônica inviolável;
- d) realizar a distribuição dos produtos individualmente;
- e) oferecer produtos sempre com clareza do prazo de validade, voltado para o consumidor final, em embalagens íntegras;
- f) ser o mais silencioso possível;
- g) fornecer bebidas e os gêneros alimentícios com rótulos de acordo com a legislação em vigor; e
- i) dispor, de preferência, para as máquinas que operam com cartão de crédito, a função por aproximação.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Preposto**

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

### **Rotinas de Fiscalização**

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos. [\[A1\]](#)

### **Fiscalização Técnica**

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12 Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua

responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.17 As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

#### **Gestor do Contrato**

6.18. Cabe ao gestor do contrato:

6.18.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.18.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.18.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.18.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.18.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.18.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.18.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

### **7. TAXA MENSAL DE UTILIZAÇÃO - E DESPESAS CONDOMINIAIS - PAGAMENTO**

7.1. O pagamento dos valores da retribuição pecuniária pelo uso da área objeto da Cessão será de responsabilidade da Contratada/Cessionária e deverá ocorrer até o 5º dia do mês subsequente ao que a obrigação se referir.

7.2. Adicionalmente à Taxa Mensal de utilização haverá o pagamento referente ao proporcional de despesas vigilância e limpeza da área cedida e dos consumos de água e de energia elétrica dos equipamentos instalados.

7.3. Desta forma, o Custo Total Mensal (CTM) será calculado através da equação:

$$\text{CTM} = \text{VCAm} + \text{CMV} + \text{CML} + \text{VAT} + \text{VAET}$$

**VALOR DA CESSÃO DE ÁREA (MENSAL) – VCAm: O VALOR MENSAL DA CESSÃO DE ÁREA SERÁ O VALOR DE 1/12 do lance vencedor da TAXA DE UTILIZAÇÃO - (vide Termo de Referência - item 9).**

## ÁREA TOTAL DA CESSÃO - AT

$$AT = 8M^2$$

## CUSTO MENSAL VIGILÂNCIA - CMV

VALOR MENSAL DO CONTRATO NO EDIFÍCIO SEDE -

**R\$179.297,36**

Área Total

47.421m<sup>2</sup>

CUSTO POR m<sup>2</sup> = R\$3,78 (Três Reais e Setenta e Oito Centavos)

$$CMV = R\$(3,78/m^2 \times ATm^2) = 3,78 \times 8 = R\$ 30,24$$

## CUSTO MENSAL LIMPEZA - CML

Área Interna com Encarregado

**R\$15.858,45**

Área Total

**30.626 m<sup>2</sup>**

CUSTO POR m<sup>2</sup> = R\$0,52 (Cinquenta e Dois Centavos de Real)

$$CML = R\$(0,52/m^2 \times ATm^2) = 0,52 \times 8 = R\$ 4,16$$

## CUSTO MENSAL DE ENERGIA ELÉTRICA - VAT

$VAT = \sum Poi \times 24h \times \text{número de dias} \times Ve$  (Somatório do consumo mensal de cada equipamento 24 h por dia)

Poi é a potência de cada equipamento em Kw/h

Ve é o valor cobrado pela ENEL por Kw/h incluído os impostos;

## CUSTO MENSAL DE ÁGUA/ESGOTO - VAET

$VAET = \sum Voi \times Vs$  (Somatório do consumo mensal de água/esgoto de cada equipamento)

Voi é o volume de água consumida por cada equipamento em m<sup>3</sup>

Vs é o valor cobrado pela SABESP por m<sup>3</sup> incluído os impostos;

7.4. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, o valor devido será acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

## 8. REAJUSTES

8.1 Nos termos do inciso VI do art. 11 da Instrução Normativa SPU/ME nº 87/2020, o valor pactuado a título de utilização sofrerá a correção anual utilizando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou o que vier a substituí-lo;

8.2 É admitido o reajuste dos preços dos itens vendidos pela Cessionária, desde que seja observado o interregno mínimo de 1 (um) ano.

## 9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MAIOR VALOR** da Taxa de Utilização (TU) em contrapartida à cessão de uso onerosa da área pelo prazo de 12 meses.

9.2. O valor da Taxa de Utilização deverá ser calculado a partir do **Percentual de Desconto (D)**, a ser aferido da seguinte forma:

$$TU = (D \times R\$ 1.000,00) \times 100$$

Sendo:

TU = Taxa de Utilização

D = Percentual de Desconto ofertado

9.2.1. A Taxa de Utilização (TU) anual estimada para a cessão é de R\$ 3.069,12 (três mil e sessenta e nove reais e doze centavos), que corresponde ao percentual mínimo de desconto aceitável de 3,06912%

9.2.2. Nesse sentido, o valor da proposta do licitante deverá ser de no mínimo R\$ 3.069,12 - anuais, que, aplicada a fórmula acima representa um lance de desconto de 3,06912%.

9.2.3. Ao aplicar-se a fórmula, o licitante poderá, a partir Taxa de Utilização (TU) anual, calcular Lance relativo ao Percentual de Desconto (D) a ser registrado no sistema eletrônico COMPRASNET.

### Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### Habilitação jurídica

9.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

9.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

9.6. **Microempreendedor Individual (MEI):** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

9.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal (SLU) ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada (EIRELI):** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

9.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

9.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.



9.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

9.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP ou DAP-P) válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, § 2º, do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

9.13. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS (CEI), que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB nº 2.110, de 17 de outubro de 2022](#) (arts. 15 a 17 e 146).

9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.15. O licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentar Alvará/Licença de funcionamento expedido pelo órgão competente.

#### Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

9.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

9.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#).

9.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

9.21. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

9.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### Qualificação Técnica

9.24. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.24.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, o(s) atestado(s) deverá dizer respeito a contrato(s) executado(s) por no mínimo 12 meses cujo objeto seja a instalação, operação e exploração comercial de ao menos 2 (duas) máquinas de vending machine para bebidas quentes, bebidas frias e lanches (sanduíches).

## 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. Por se tratar de cessão de uso, a contratação pretendida não gerará ônus para a Administração, sendo que o valor estimado da taxa de utilização anual é de R\$ 3.069,12 (três mil e sessenta e nove reais e doze centavos), a serem pagos pela contratada à Superintendência da Polícia Federal em São Paulo.

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A referida contratação não gera custos para a Administração.

11.2.

11.3.

11.4. São Paulo, 25 de março de 2025.

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS NALVO MACHADO JUNIOR, Perito(a) Criminal Federal**, em 15/04/2025, às 14:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0&cv=40894979&crc=ADDE042D](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=40894979&crc=ADDE042D).  
Código verificador: **40894979** e Código CRC: **ADDE042D**.